

6. CRÉDITOS - NÃO CIRCULANTE.

Representam principalmente os valores de Partes Relacionadas e Juros e Assessorias que estão em discussão judicial:

Crédito Não Circulante	2020	2019
Créd.c/Colig.eContr.	17.862.575,70	17.843.498,04
Empr.Comp.da Eletrobrás	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	127.006,20	127.006,20
Jur.e Assess.		
Sub Judice	12.779.764,18	12.779.764,18
TOTAL	30.769.346,08	30.750.268,42

6.1. Partes Relacionadas. São recursos, em moeda nacional, emprestados a pessoas ligadas para manutenção das operações da Sociedade.

6.2.Juros e Acessórios Sub Júdice

Refere-se aos juros e acessórios de exercícios anteriores no valor de R\$ 12.779.764,18, sobre Financiamentos Bancários contratados junto ao Banco da Amazônia S/A (R\$18.535.126,99-passivo não circulante) que a Sociedade discute judicialmente.

10. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS. Representam contratos de empréstimo para capital de giro:

EMPRÉSTIMOS	2020	2019
American Factoring	739.199,69	589.199,69
Banco da Amazônia	452.295,27	452.295,27
Banco do Estado do Pará	225.616,11	225.616,11
HSBC	316.147,77	316.147,77
Banco Rural S/A	154.712,64	154.712,64
Outros	64.615,34	147.615,34
TOTAL	1.952.586,82	1.885.586,82

11. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS. Representam operações financeiras contratadas principalmente com o Banco da Amazônia.

FINANCIAMENTOS	2020	2019
Banco da Amazônia	18.535.126,99	18.535.126,99
Banco Rural S/A	1.264.837,61	1.264.837,61
Banco Toyota do Brasil SA	33.556,57	33.556,57
HSBC	2.845.331,09	2.845.331,09
TOTAL	22.678.852,26	22.678.852,26

12. DEBÊNTURES. Representam os valores de debêntures não conversíveis vencidas, subscritas em favor do FINAM e em processo de renegociação com o Banco da Amazônia S/A. Estão demonstradas no passivo não circulante em razão do processo.

Devido às negociações, a sociedade está apresentando os valores das debêntures sem atualização de juros e correções.

13. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS. A administração, baseada nos pareceres dos seus assessores jurídicos, entende que não há provisões para perdas contingenciais

7. IMOBILIZADO. Representa o saldo dos bens utilizados nas operações da empresa:

IMOBILIZADO	Custo Total em 01/01/2018	Aquisições/ Transfer.	Alien. e Baixas	Custo Total em 31/12/2019	(-)Depreciação Acumulada	(=) Valor Residual
Terrenos	1.926.878,94	-	-	1.926.878,94	-	1.926.878,94
Edifícios	14.611.017,13	-	-	14.611.017,13	(7.523.480,23)	7.087.536,90
Máq., Apar. e Equipam.	17.042.486,80	10.713,00	-	17.053.199,80	(12.858.849,26)	4.194.350,54
Móveis e Utensílios	238.603,13	699,00	-	239.302,13	(185.169,85)	54.132,28
Veículos	1.722.413,92	-	-	1.722.413,92	(1.581.994,08)	140.419,84
Computadores e Perifér.	398.598,11	1.212,69	-	399.810,80	(310.473,69)	89.337,11
Imobilizações em And.	11.874.350,87	1.328,23	-	11.875.679,10	« 11.875.679,10	«
TOTAL	47.814.348,90	13.952,92	-	47.828.301,82	(22.459.967,11)	25.368.334,71

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS. Representa obrigações com o recolhimento de impostos e contribuições.

OBRIGAÇÕES FISCAIS	2020	2019
impostos a Recolher	6.062.657,51	5.011.614,82
Contribuições a Recolher	7.721.867,88	7.442.368,67
TOTAL	13.784.525,39	12.453.983,49

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. Representam obrigações com pessoal e recolhimentos previdenciários.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2020	2019
Obrigações com o Pessoal	5.147.085,01	3.825.563,83
Obrigações Previdenciárias	4.646.749,92	3.758.588,95
Outras Obrigações	-	219.041,69
TOTAL	9.793.834,93	7.803.194,47

a constituir e reconhecer nas demonstrações contábeis.

14. CAPITAL SOCIAL. A Sociedade possui um capital social autorizado de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) dividido em 18.000.000 de ações nominativas ao valor de R\$1,00(um real) cada uma, sendo 5.000.000 ordinárias e 13.000.000 preferenciais. Em 31 de dezembro de 2020, o capital integralizado é de R\$16,062.000,00(dezesseis milhões e sessenta e dois mil reais), composto de 4.644.024 ações ordinárias, 7.942.615 ações preferenciais "A" e 3.416.041 ações preferenciais "B".

15. RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS. Constituída pela redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, homologado através do Laudo Constitutivo nº 035/2011 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo crédito presumido no percentual de 95% (noventa e cinco por cento), calculado sobre o débito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas saídas dos produtos fabricados no Estado do Pará pela OYAMOTA DO BRASIL S/A, homologado pela Resolução Estadual Nº 006, de 30 de março de 2010.

DIRETORIA :

Diretor	Presidente
Roberto Kataoka	
CPF: 105.192.112-00	OYAMOTA DO BRASIL S/A;
Marcio Borges Lima	Contador - CRC/PA 016822 - CPF: 628.190.702-72.

RES. DE INCENTIVO FISCAL

Red. de IR Projeto Finam	2020	2019
Créd. Presumido de ICMS	11.532.352,87	11.532.941,72
TOTAL	13.591.759,14	13.592.347,99

16. EVENTOS SUBSEQUENTES.

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública.

Por sua vez, início de abril, a empresa, ciente da gravidade da situação adotou algumas medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de parte do corpo funcional para as atividades em home office, à exceção de um reduzido número de empregados, necessários ao funcionamento, concedeu férias a vários colaboradores com maior grau de riscos, adquiriu e distribuiu materiais para uso e proteção de seus empregados, adotou estratégias de prevenção e comunicação a todo o quadro funcional da empresa, quanto a orientações e cuidados acerca do vírus, objetivando esclarecer e informar, de forma transparente e permanente, seu quadro de empregados, sem registrar qualquer incidente ou fato que afetasse os compromissos de entrega de produtos e serviços da companhia com seus clientes.

A administração da Empresa está alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados e terceirizados.

Cabe destacar que, no início de abril de 2020, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos na situação patrimonial da companhia, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos.

Vale ressaltar que alguns possíveis impactos podem afetar os negócios da empresa, podemos destacar: a) postergação de alguns projetos de clientes que estavam em andamento; b) paralisação total ou parcial das atividades da empresa em razão dos riscos de contaminação de colaboradores; c) paralisação das atividades de terceiros e fornecedores, dificultando a aquisição de serviços e insumos essenciais a produção; d) possíveis impactos em novos negócios; e) possíveis atrasos nas entregas de obras e projetos em andamento (face as paralisações).

Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar e os impactos diretos e indiretos. O mundo atravessa uma grave crise devido a rápida disseminação da COVID-19, onde as consequências sociais e econômicas já sensibilizam o cotidiano da sociedade, empresas e Estado.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Administradores e Acionistas da Oyamota do Brasil S.A. - Castanhal - PA.

Opinião. Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Oyamota do Brasil S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Oyamota do Brasil S/A, referidas no parágrafo anterior pois, pelos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião" a seguir, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações. **Base para Opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Valores correspondentes a períodos anteriores:** As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e, em 24 de março de 2020 emitimos relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração da Entidade pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis